



**Relatório da Administração**

Aos Senhores acionistas e à Sociedade, A Companhia M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, e as Demonstrações Financeiras da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos "Completas" estão publicadas na íntegra nos jornais: O Povo (CE) e no Diário Oficial do Estado do Ceará, edições de 05 de março de 2013 e estão disponíveis no nosso site <http://www.mdiasbranco.com.br>, no site da CVM <http://www.cvm.gov.br> e da BM&FBOVESPA <http://www.bmfbovespa.com.br>.

No período global onde as preocupações com a situação fiscal de alguns países da zona do Euro, a lenta recuperação da economia americana e a desaceleração do crescimento dos países asiáticos, especialmente China e Índia, caracterizam-se como os principais desafios para o desempenho da economia dos países ao longo de 2012. O quadro externo apresentado contribuiu tanto para a redução do crescimento do PIB brasileiro, bem como para o aumento da pressão sobre nossa taxa de câmbio, forçando a desvalorização do real, em função do crescimento da demanda por dólar americano, especialmente provocado pelos movimentos de aversão a risco registrados nos mercados globais a partir de março de 2012.

Paralelamente, a ocorrência de eventos climáticos em várias áreas geográficas do mundo proporcionou a redução das estimativas de safas de algumas commodities, dentre elas o trigo e óleo de soja, ocasionando assim a elevação dos seus preços em dólar. Consequentemente, o efeito combinado de crescimento de cotação das commodities associado à desvalorização do real ao longo de 2012 ocasionou aumento de custos em reais, o que resultou na necessidade de se adequar preços para recomposição de margens no período.

Resaltamos-se ainda que, dando continuidade ao seu processo de crescimento também por aquisições, a M. Dias Branco anunciou em 25 de maio de 2012 a compra do Moinho Santa Lúcia Ltda., fortalecendo sua posição competitiva no País. Dessa forma, assim como nas outras aquisições realizadas no ano de 2011 (Pilar e Estrela), em um primeiro momento estruturas operacionais e administrativas adquiridas foram adicionadas à estrutura da Companhia, impactando negativamente as margens consolidadas, até que as naturais sinergias referentes aos respectivos processos de estruturação sejam capturadas. Importante mencionar que durante o ano de 2012, a Companhia incorporou a Adria Alimentos do Brasil Ltda., Pelágio Oliveira S.A. e Moinho Santa Lúcia Ltda.. Esse processo trouxe a simplificação da estrutura societária e proporcionará ainda mais a redução de custos.

Destaque-se, ainda, que no ano de 2012 a M. Dias Branco prosseguiu com ações para fortalecimento de sua posição competitiva, investindo em suas marcas, explorando áreas geográficas com potencial de melhoria de performance em vendas, buscando a expansão e pulverização da base de clientes, focando vendas para pequeno e médio varejo, além da ampliação das vendas de novos produtos, com maior valor agregado e alinhados às tendências de consumo.

Os resultados operacionais coletados pela A.C. Nielsen referentes aos meses de novembro e dezembro de 2012, a Companhia manteve sua posição de liderança no mercado nacional de biscoitos e massas, em volume de vendas, com

26,9% e 26,0% de market-share, respectivamente, expandindo sua posição em relação aos períodos comparativos anteriores (novembro e dezembro de 2011 e setembro e outubro de 2012).

A Companhia também ampliou sua capacidade instalada, tanto para atendimento do crescimento da demanda por seus produtos como para uma melhor adequação de estruturas para produção de matérias-primas voltadas para consumo interno (verticalização), tendo investido R\$ 117,2 milhões em 2012.

A Administração informa que continuará com os esforços necessários para o crescimento das margens da Companhia, que contemplos uma série de ações conjuntas referentes a melhoria de mix de produtos vendidos, administração dos repasses dos novos patamares de custos aos preços, captura de sinergias provenientes do processo de integração das empresas adquiridas e melhoria de eficiência operacional, ciente dos desafios que se apresentam em função da dinâmica do mercado. Ressalta também que manterá o seu propósito de seguir atenta às oportunidades de aquisição de empresas para expansão da sua atuação no mercado, focando em aspectos relevantes a força das marcas, o modelo de distribuição, a participação de mercado e o potencial de obtenção de sinergias. Por fim, a Administração está convicta de que o modelo de negócios da M. Dias Branco, aliado à reconhecida força de suas marcas, a preferência de seus clientes pelos seus produtos (fruto da tradicional qualidade reconhecida aos mesmos), o modelo de distribuição com cobertura nacional (onde o pequeno varejo tem especial relevância), o modelo de produção com alta eficiência de produção e estratégia de distribuição diferenciada e estrategicamente distribuídos por várias regiões do País), a oferta de alimentos de primeira necessidade e ticket médio acessível, sem grande necessidade de crédito para aquisição dos produtos, entre vários outros fatores, tem contribuído para o crescimento de receitas e resultados ao longo dos anos, e deverá continuar a contribuir para o futuro. A seguir, apresentaremos um maior detalhamento dos principais destaques das realizações e resultados obtidos pela Companhia no ano de 2012.

**Estratégias e perspectivas**  
A Companhia acredita que poderá alcançar seus objetivos para este e demais anos principalmente por meio de três pilares estratégicos: fortalecimento de sua posição competitiva, expansão orgânica e por aquisições, além da melhoria de sua eficiência operacional.

Assim, a M. Dias Branco deverá continuar reforçando suas marcas, explorando áreas geográficas que apresentem potencial de melhoria de vendas, expandindo e pulverizando sua base de clientes (com foco no pequeno e médio varejo), ampliando vendas de novos produtos (com maior valor agregado e alinhados às tendências de consumo) e intensificando o *cross selling*.

Com relação às aquisições, a Companhia segue com seus trabalhos em busca de oportunidades para expansão da sua atuação no mercado, focando em aspectos relevantes a força das marcas, o modelo de distribuição, a participação de mercado e o potencial de obtenção de sinergias.

Além disso, a companhia prosseguirá expandindo seu modelo de verticalização, ampliando e otimizando a eficiência de sua rede de distribuição, a flexibilidade da cadeia produtiva e o uso da sua infraestrutura, com consequentes reflexos na redução da representatividade dos custos e despesas da Companhia.

**As pessoas e a organização**  
A M. Dias Branco acredita que os colaboradores constituem o mais importante elemento para a geração de riquezas e mudanças sociais. No final do ano de 2012 contávamos com 15.989 colaboradores.

A política de recursos humanos está pautada em três premissas fundamentais: alinhamento com a estratégia do negócio, profissionalização e orientação para resultados. Assim, todos os projetos de desenvolvimento dos colaboradores têm forte vinculação com o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia, buscando consolidar práticas corporativas de gestão de pessoas que impulsionem o alto desempenho e favoreçam um ambiente de

trabalho saudável e produtivo. No exercício de 2012, foram investidos R\$ 124,3 milhões em saúde ocupacional e assistencial, alimentação, transporte, segurança laboral, capacitação, participação nos lucros e resultados (PLR) e outros benefícios voltados aos seus colaboradores nas várias unidades industriais e comerciais localizadas em quase todo o Brasil.

A Companhia desenvolve uma política de segurança no ambiente de trabalho voltada a todos os colaboradores, realizando eventos educativos e adotando práticas de prevenção voltadas para minimizar os riscos de acidentes pessoais em suas unidades.

No âmbito da Qualidade, a Companhia opera de forma preventiva com programas normativos tais como a Norma NBR ISO 9001:2008 - referente à gestão de procedimentos e processos, onde são certificadas as unidades industriais situadas nos municípios de Bento Gonçalves-RS, Eusébio-CE e Fortaleza-CE, e a NBR ISO 22.000: 2006 Standarte e SIFSTe nas unidades de Alimentos e Bebidas Certificadas nas unidades de fabricação de margarinas e gorduras vegetais em Fortaleza-CE e a fábrica de biscoitos e massas no Eusébio-CE. A Companhia entende que as certificações internacionais são uma forma de atestar a qualidade dos processos e segurança de seus produtos.

**Responsabilidade socioambiental**  
O foco da responsabilidade socioambiental da Companhia M. Dias Branco é o desenvolvimento sustentável estruturado no three bottom line: econômico, social e ambiental. A Companhia exerce um importante papel de cidadania corporativa, implementando ações contínuas de desenvolvimento das comunidades interna e externa. Com o objetivo de promover a geração de renda e capacitação profissional, a Companhia investe em projetos de formação de Jovens Aprendizes e de qualificação de adultos no ramo de panificação, além de apoiar na capacitação de deficientes físicos para a inserção no mercado de trabalho.

Já com o objetivo de promover ações sustentáveis em relação ao meio ambiente, a Companhia desenvolve um conjunto de atividades voltadas para a Educação Ambiental destinadas ao público interno e às comunidades do entorno. Apoiar ações de instituições do terceiro setor e órgãos governamentais voltadas para a conscientização ambiental, além de contar com uma equipe de profissionais que gerenciam programas de gestão ambiental com atuação interna e externa.

Em relação às ações sociais, a Companhia atua com foco no incentivo à cultura e ao esporte, tornando como público-alvo crianças e adolescentes em situações de risco e pessoas portadoras de necessidades especiais. Além disso, estimula a prática do voluntariado junto aos públicos de crianças e idosos e presta assistência em causas humanitárias.

A cada ano busca-se aprimorar as ações e fortalecer os valores da Companhia na ética e transparência, principalmente, no relacionamento com todos os seus stakeholders: investidores/acionistas, clientes, colaboradores, meio ambiente, governo, comunidade/sociedade e fornecedores.

**Governança corporativa**  
A M. Dias Branco continua caminhando a passos largos rumo a níveis cada vez mais elevados de Governança Corporativa, estando listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, adotando uma política de total transparência no relacionamento com o mercado, a fim de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento.

**Cláusula compromissória de arbitragem**  
Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e a BM&FBOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com as normas estatutárias, de regulação do mercado e legislação pertinente.

**Demonstrações de Resultados Consolidados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
<b>Receita operacional líquida</b>		3.545.152	2.911.033
<b>Custos dos produtos vendidos</b>		(2.258.318)	(1.934.691)
<b>Subvenções para investimentos estaduais</b>	19	135.908	122.158
<b>Lucro bruto</b>		1.422.742	1.098.500
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>			
Despesas de vendas		(672.297)	(518.898)
Despesas administrativas		(174.653)	(124.589)
Honorários da administração		(9.304)	(8.600)
Despesas tributárias		(18.400)	(14.824)
Despesas com depreciação e amortização		(18.152)	(13.840)
Outras receitas (despesas), líquidas		14.115	(2.089)
<b>Resultado antes das recargas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>		544.411	415.660
Recargas financeiras		28.755	37.562
Despesas financeiras		(65.356)	(50.605)
Recargas (despesas) financeiras líquidas		(36.601)	(13.043)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		507.810	402.617
Imposto de renda e contribuição social	17	(37.272)	(36.073)
<b>Lucro do exercício</b>		470.538	366.544
<b>Resultado atribuível aos:</b>			
Acionistas controladores		470.538	366.544
Lucro líquido do exercício		470.538	366.544
<b>Lucro por ação ordinária - básico e diluído - R\$</b>		4,14754	3,23092
<b>Quantidade média de ações (ex-ações em tesouraria)</b>		113.450.000	113.448.831

**Balancos Patrimoniais Consolidados**

em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes a caixa	6	143.004	95.323
Contas a receber de clientes	7	412.513	352.686
Estoques	8	441.717	307.956
Impostos a recuperar	9	84.182	71.953
Adiantamento a fornecedores		6.353	1.468
Adiantamento a fornecedores - partes relacionadas		-	126
Outros créditos		23.907	9.820
Outros créditos - partes relacionadas		863	68
Despesas antecipadas		1.168	1.252
		1.113.707	840.652
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Aplicações financeiras		4.674	11.792
Depósitos judiciais		53.715	41.777
Impostos a recuperar	9	82.865	80.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	26.036
Incentivos fiscais/outras créditos		13.814	14.827
		155.068	174.827
<b>Investimentos</b>		140	140
<b>Imobilizado</b>	10	1.334.474	1.181.315
<b>Intangível</b>	11	823.503	861.223
		2.313.185	2.217.504
<b>Total do ativo</b>		3.426.892	3.058.156

	Nota	2012	2011
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		76.664	92.363
Fornecedores - partes relacionadas		621	632
Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras	12	91.753	120.149
Financiamento de impostos	13	13.898	6.928
Financiamentos diretos	14	53.557	100.241
Debêntures	15	3.957	-
Obrigações sociais e trabalhistas		77.474	77.474
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.327	489
Impostos e contribuições		59.717	45.565
Adiantamentos de clientes		4.871	3.197
Outras contas a pagar		30.090	21.452
Dividendos propostos	18	65.676	84.178
Subvenções governamentais	19	11.921	7.122
		496.965	559.790
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras	12	166.233	169.962
Financiamentos diretos	14	11.793	15.131
Financiamentos diretos	15	83.657	163.116
Debêntures	15	149.839	-
Impostos e contribuições		1.530	4.349
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	51.038	78.419
Contas a pagar		8.378	4.239
Provisão para contingências	16	46.901	57.377
		519.309	492.593
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		802.631	777.796
Reservas de capital		121.985	121.985
Ajustes acumulados de conversão		44	61
Reservas de lucros		1.437.388	1.108.287
Dividendos adicionais propostos		48.832	-
Prejuízos acumulados		(262)	(2.356)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	18	2.410.618	2.005.773
Total do passivo e patrimônio líquido		3.426.892	3.058.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDI3). Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116 Km 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atunado, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gordura vegetal, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas. O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos - em que os clientes são atendidos por força de venda própria - e canais indiretos - as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores. A Companhia atua, ao longo dos últimos anos, adquirindo várias empresas e mistas delas já passaram por processo de incorporação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3. Assim, atualmente, a Companhia possui duas unidades de produção, das quais oito estão situadas na Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia) e quatro estão localizadas na Região Sul e Sudeste (São Paulo e Rio Grande do Sul), e nestas unidades operam quatro moinhos de trigo, oito fábricas de massas alimentícias, seis fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui 25 centros de distribuição destinados a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, os quais estão localizados nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Amazonas, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operação integrada com a estrutura de produção, comercialização e distribuição da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. ("Vitarella"), adquirida em 7 de abril de 2008, e que hoje conta com participação de 99,9996% no capital total. A Vitarella, após incorporação NPAP Alimentos S.A. mencionada na Nota Explicativa nº 3, possui duas unidades de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funcionam duas fábricas de biscoitos e duas fábricas de massas alimentícias. Em operação integrada, a Vitarella possui seis centros de distribuição destinados a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situados nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pelágio, Salsito, Prediliteo e Bonsabor. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como "Grupo").

**2. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS**

**a. Aquisição da NPAP Alimentos S.A. ("Pilar"):** Em 26 de abril de 2011, a Companhia celebrou, por meio da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Ações decorrentes da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de NPAP Alimentos S.A., empresa detentora da marca Pilar, que industrializa e comercializa biscoitos e massas e está sediada no município do Recife - PE. A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 69.922, sendo (i) R\$ 45.072 pagos à vista, (ii) R\$ 3.850 pagos em 90 (noventa) dias, após a assinatura do contrato, reduzidos dos valores necessários à constituição de provisão para perda do valor recuperável de contas a receber, e (iii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 21.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das possíveis contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e data de aquisição da sociedade adquirida, após data da celebração do contrato. A operação foi inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de agregar valor pelo ganho decorrente da verticalização, fortalecendo sua atuação no Nordeste do Brasil. No sentido de apurar o custo de aquisição da combinação de negócio, bem como o preço pago na operação, nos termos da Deliberação CVM nº 580/09, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. O laudo de avaliação apresentou o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	R\$	
Valor justo dos ativos e passivos	14.422	
Impostos diferidos sobre diferença de valor justo	(6.256)	
Marca	33.815	
Ágio na aquisição	27.941	
<b>Preço de aquisição</b>	<b>69.922</b>	
Os ativos intangíveis identificados foram a "Marca" e "Força de Trabalho". No caso do ativo intangível "Força de Trabalho", o mesmo foi estimado no processo de análise no valor de R\$2.003, não pode ser reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa expectativa de rentabilidade futura é R\$ 27.941. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:		
<b>Acervo líquido adquirido em 26.04.11</b>	<b>Ajustes ao valor justo</b>	<b>Acervo líquido adquirido a valor justo</b>
<b>Ativo circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	232	232
Contas a receber	20.553	20.553
Estoques	5.392	5.392
Outros créditos	1.591	1.591
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>27.768</b>	<b>27.768</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Ativo realizável a longo prazo	4.162	6.377 (a)
Investimentos	53.286	10.159
Imobilizado	119	(15.415) (a)
Intangível	156	61.756 (b)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>57.723</b>	<b>110.441</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>85.491</b>	<b>138.209</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Fornecedores	7.488	7.488
Financiamentos e empréstimos	13.182	13.182
Obrigações sociais e trabalhistas	2.518	2.518
Impostos e contribuições	644	644
Adiantamento de clientes	738	738
Contas a pagar	4.373	4.373
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>28.943</b>	<b>28.943</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	13.383	13.383
Impostos e contribuições	9.960	12.633 (c)
Provisão para contingências	3.368	3.368
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>26.711</b>	<b>29.344</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>29.837</b>	<b>40.085 (d)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>85.491</b>	<b>138.209</b>

(a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação; (b) Refere-se ao valor do ativo Marca "Pilar" e ágio pago por rentabilidade futura, no montante de R\$533.815 e R\$27.941, respectivamente; (c) Refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferença de valor justo de ativos, representada pelos ajustes do item (a) e ativo intangível Marca; (d) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a) e (b) no patrimônio líquido. A parcela do ágio que é dedutível para fins fiscais é R\$27.941 e está representada pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios futuros esperados com a sinergia proporcionada pelo aumento da verticalização do Grupo, tendo em vista que seu processo de produção é integrado e permitida que parte substancial das principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) utilizadas na fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente. Desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2011, a NPAP contribuiu para as informações consolidadas do Grupo com receita líquida de R\$83.303 e com prejuízo de R\$2.821. Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2011, a Administração estima que a receita líquida consolidada do exercício de 2011 teria sido de R\$ 2.944.780, enquanto que o lucro líquido do exercício teria sido de R\$ 341.387. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas de decisão operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa. Estas informações estimadas em relação à empresa adquirida não foram auditadas por auditores independentes antes da combinação de negócios. Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas. A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 10 de agosto de 2011 e foi ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas em 10 de outubro de 2011, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76. **b. Aquisição da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e Pelágio Participações S.A.:** Em 23 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A. A Pelágio Participações S.A. detém a totalidade das ações da Companhia

S.A. A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 240.000, sendo (i) R\$ 100.000 pagos à vista, (ii) R\$ 100.000 em 4 (quatro) parcelas de R\$ 25.000 com vencimento em 30/03/2012, 29/06/2012, 28/09/2012 e 28/12/2012, as quais foram pagas acrescidas do valor equivalente à aplicação da taxa do CDI sobre o valor da parcela, desde a data de aquisição até a data do efetivo pagamento, (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 40.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida. As referidas empresas atuam sob o nome fantasia "Estrela", comercializando biscoitos, massas e snacks nas regiões Nordeste e Norte do País, com as marcas "Estrela", "

### 5 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Consolidação:** *i. Controladas e controlada em conjunto* Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações financeiras é feita proporcionalmente ao percentual de participação. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. *ii. Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:*

	Porcentagem de participação			
	31/12/12		31/12/11	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
M. Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M. Dias Branco Argentina S.A. (c)	-	100,00	-	100,00
M. Dias Branco Argentina S.A. (c)	100,00	-	98,33	1,66
Adria Alimentos do Brasil Ltda. (e)	-	-	100,00	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-
NPAP Alimentos S.A. (e)	-	-	-	99,9996
Pelágio Participações S.A. (d)	-	-	100,00	-
Pelágio Oliveira S.A. (g)	-	-	-	100,00
J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. (f)	-	-	99,9999	-

(a) Investimento com controle compartilhado. (b) Investimentos no exterior. (c) Investimentos no exterior em fase pré-operacional. (d) Holding que detinha 100% do capital da Pelágio Oliveira S.A., incorporada em 30 de junho de 2012. (e) Empresa incorporada em 30 de março de 2012. (f) Empresa incorporada em 30 de abril de 2012 pela Pelágio Oliveira S.A. (g) Empresa incorporada em 31 de agosto de 2012.

**b. Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para o Grupo. Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição. O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como: • o valor justo da contraprestação transferida; mais • o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais • se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos • o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do exercício. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que não são incorridos. **c. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** *i. Transações e saldos em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades em suas respectivas datas de transação. *ii. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.* O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. *iii. Operações no exterior:* Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior, são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apuradas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão. **d. Instrumentos financeiros:** *i. Ativos financeiros não derivativos:* O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo. (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados no custo amortizado, no método de custo efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos do seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros. (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa, clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo. As contas a receber de clientes são registradas pelo valor líquido, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo o respectivo imposto de renda e despesas tributárias do Grupo. (iv) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Passivos financeiros não derivativos:* Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensação e os valores e termos de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores, fornecedores e outras contas a pagar. *Capital Social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatutos, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício. *Instrumentos financeiros derivativos:* O Grupo mantém instrumentos derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamentos de insumos (trigo e óleo). Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado. **e. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazer-lhos às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os custos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f. Investimentos em controladas e controlada em conjunto:** Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controlada em conjunto que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável. **g. Ativo imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota
Explicativa nº 10 - Imobilizado - e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato. Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e seja útil ao imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. **h. Software:** comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. **h. Ativos intangíveis:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis do Grupo compreendem: (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida - *softwares* que são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do exercício, na rubrica "Depreciações e amortizações" (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **i. Redução ao valor recuperável:** (i) Ativos financeiros: Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos
são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas
reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração
avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. (ii) Ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor
recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de cada unidade é determinado pela unidade geradora de caixa e é definido como o menor de custo líquido e valor em uso na data de avaliação. O custo líquido é determinado pelo custo líquido de um mercado ativo para um título, dentre outros. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para as referidas pelo julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução de valor contábil do ativo. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de

**18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a. Capital social - Controladora:** Em 5 de março de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 23.494, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o capital social para R\$ 801.290. Em 23 de abril de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 1.341, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o capital social para R\$ 802.631 (R\$ 777.796 em 31 de dezembro de 2011). O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 28.362.596 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,00% do total e em 31 de dezembro de 2012, o montante de 28.929.996, que representam 25,50% do total. **b. Reservas: Reserva legal:** É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas de incentivos fiscais:** É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas. **Reservas para plano de investimento:** É uma reserva prevista no Estatuto da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social. **Reserva especial - Lei nº 8.200/1991:** A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. **c. Remuneração de acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de créditos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância aos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório. Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, a proposta de creditação de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 114.508 (R\$108.897, líquidos de IRRF), com a previsão de pagamento para o dia 30 de abril de 2013, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada em 19 de abril de 2013. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício (¹)	468.444	362.616
(-) Reserva legal	(23.422)	(18.131)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais Estaduais	(135.908)	(123.285)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais Federais	(46.409)	(25.037)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	262.705	196.163
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual mínimo	65.676	49.041
Remuneração total		
Juros sobre capital próprio	114.508	87.500
Dividendo anual mínimo	(65.676)	(49.041)
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório (²)	48.832	38.459

Notas: (¹) Apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. (²) O valor excedente correspondente a 2012 foi registrado no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto" em virtude de ainda não ter sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada somente no dia 19/04/2013. Assim, a remuneração total para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 representou 43,6% do lucro distribuível, o equivalente a R\$ 1,0093 por ação (R\$ 0,7713 em 2011) ou R\$0,9599 por ação (R\$ 0,7420 em 2011), líquido de IRRF. **d. Ajustes acumulados de conversão:** Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

**19 SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS**

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelo seu valor nominal. **19.1. Incentivos fiscais estaduais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia fez jus a R\$ 135.908 (R\$ 122.158 em 31 de dezembro de 2011) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais: **DESENVOLVE - Estado da Bahia** - válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses. **FDI/PROVIN - Estado do Ceará** - válido até novembro de 2024 para a unidade de moagem de trigo e para a unidade de gorduras e margarinas especiais. Para a J. Brandão o incentivo é válido até novembro de 2014. **PROADI**

**- Estado do Rio Grande do Norte** - válido até agosto de 2020. **FAIN - Estado da Paraíba** - válido até agosto de 2020. **PRODEPE - Estado de Pernambuco** - válido até março de 2024 para a unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE (Vitarella) e válido até outubro de 2015 unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR). **19.2. Incentivo fiscal federal:** Em 2012, o Grupo fez jus a R\$ 46.409 (R\$ 25.037 em 31 de dezembro de 2011) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas. Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor estão detalhados a seguir:

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2012 até Dez de 2021
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	12,5%	Set de 2011 até Dez de 2013
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de até 114.683 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de 114.684 a 317.952 toneladas	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de massas (Cabedelo-PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Recife - PE)	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de biscoitos (Recife - PE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018
Fábrica de Produtos devirados do milho (Maracanaú-CE)		
Produção de até 2.160 toneladas	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de Produtos devirados do milho (Maracanaú-CE)		
Produção de até 2.160 a 4.320 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de bolos (Maracanaú-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção de até 12.000 toneladas	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção de 12.001 até 30.000 toneladas	75,0%	Jan de 2006 até Dez de 2015
Fábrica de biscoito wafer ( Maracanaú-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos e massas (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2005 até Dez de 2014
Moinho de Trigo (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de biscoitos recheados (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2015

A Administração do Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

**20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

	2012	2011
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalente de caixa	143.004	95.323
Contas a receber de clientes	412.513	352.686
Outros créditos	23.907	9.820
Outros créditos - partes relacionadas	863	68
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>		
Aplicações financeiras	4.674	11.792
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	76.664	92.363
Fornecedores-partes relacionadas	621	632
Financiamentos com instituições financeiras	257.986	290.111
Financiamentos diretos	137.214	263.357
Contas a pagar	37.736	25.648
<b>Passivos financeiros mensurados pelo valor justo</b>		
Contas a pagar (Contratos de swap)	732	43

**21 COBERTURA DE SEGUROS**

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 14 plantas industriais e 31 centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, tem como procedimento contratar serviços de análises dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens seguros e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados. O Grupo mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização - R\$	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	265 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2012 a 01/12/2013

**Conselho da Administração**

<b>Francisco Ivens de Sá Dias Branco</b> Presidente		
<b>Maria das Graças Dias Branco da Escóssia</b> Conselheira	<b>Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco</b> Conselheira	
<b>Fábio Alperowitch</b> Conselheiro Independente		
<b>Afonso Celso Pastore</b> Conselheiro Independente		

**Diretoria**

<b>Francisco Ivens de Sá Dias Branco</b> Diretor-Presidente		
<b>Geraldo Luciano Mattos Júnior</b> Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria	<b>Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior</b> Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas	
<b>Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco</b> Vice-Presidente Comercial	<b>Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes</b> Presidente de Administração e Desenvolvimento	
<b>Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco</b> Vice-Presidente Industrial - Moinhos	<b>Maria das Graças Dias Branco da Escóssia</b> Vice-Presidente Financeira	
<b>Magali Carvalho Façanha</b> Contadora CRC - CE 12410/O-0		